

O que os economistas pensam por sustentabilidade: entrevistas selecionadas

Adriana Cerqueira e Gizele Reis*

Setembro de 2017

ARNT, Ricardo. O que os economistas pensam sobre sustentabilidade. São Paulo:34, 2010. Capítulos 1, 5, 8, 14.

O que os economistas pensam sobre sustentabilidade é uma obra organizada pelo internacionalmente consagrado jornalista Ricardo Arnt, que já trabalhou em diversas revistas brasileiras de grande circulação como editor ou redator chefe e escreveu uma dezena de livros. Nesta obra, Arnt reúne 15 entrevistas com influentes economistas brasileiros de ideologias distintas, discutindo sustentabilidade, concordando e refutando diferentes teses existentes a partir de uma análise econômica e socioambiental.

Para o desenvolvimento desta resenha foram aleatoriamente selecionadas quatro entrevistas: Luciano Coutinho, José Eli da Veiga, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Antônio Delfim Netto. Os entrevistados responderam a questionamentos sobre a sustentabilidade, envolvendo o crescimento e desenvolvimento, os custos da mudança de paradigma, a relação do mercado e a natureza, e a onda de maquiagem verde que é perpetuada através de campanhas que tem o objetivo de fazer marketing para conquistar clientes ou até mesmo para demonstrar sua responsabilidade com a causa.

Luciano Coutinho compreende as mudanças climáticas como uma *falha maciça de mercado*, que poderá ter consequências dramáticas tanto para o sistema quanto para a sobrevivência da própria sociedade. E a busca pela sustentabilidade é um desafio que será alcançado através da inovação tecnológica em consonância com a mudança da matriz energética pela governança global. Ele defende ainda a intervenção do Estado para essa transformação já que os custos elevados não vão fazer o mercado reagir por interesse próprio. Assim como os outros autores ele diz que é complicado a *economia de não crescimento* para países em desenvolvimento e acrescenta que o Brasil precisa resgatar a capacidade de planejamento de longo prazo de elaboração de projetos para adotar inovações, prevenir impactos, além de lidar com eles e para isso é urgente qualificar os órgãos ambientais do país.

Delfim Netto, de perfil mais tradicional e mercadológico tem uma análise mais clássica e ortodoxa sobre o problema. Ele reconhece as limitações físicas e acredita que houve uma grande aceleração no consumo de recursos, mas vê essa mudança de paradigma que está ocorrendo como

*As autoras são graduandas em Economia na UEFS. Pesquisadoras do RHIOS.

uma mudança de paradigma produtivo, citando o exemplo da emissão de gás carbônico por unidade de PIB. Segundo o economista o Brasil tem avançado de uma maneira brilhante em relação a produção de etanol, mas indica ser necessário um Estado indutor forte capaz de dar suporte jurídico ao mercado. Em relação aos problemas do crescimento no Brasil, Delfim os atribui a urbanização impensada, considerando no entanto que encontra-se em curso uma revolução demográfica na qual o país está envelhecendo pobre o que prejudicará a distribuição. Segundo ele a distribuição de renda é extremamente desigual, ou seja as pessoas podem estar melhorando suas condições de vida mas a distância dos níveis de renda estão aumentando.

O processo político deve ser eficiente, a fim de intervir nas decisões que beneficiem o meio ambiente. A partir desta constatação Bresser-Pereira afirma que a busca de vantagens pessoais no meio político dificulta todo esse processo. De forma similar, também a própria população busca solução do estado, mas demonstra pouco interesse em limitar seu processo de consumo e seu padrão de vida no intuito de promover benefícios ao meio ambiente. Dessa forma é necessário buscar eficiência através da tecnologia, de modo que maximize o uso dos recursos poluindo menos.

Para José Eli é necessário além do equilíbrio entre o social e o econômico, haver quebras de paradigmas para que haja progresso. O exemplo utilizado pelo economista deixa claro essa colocação. Ao falar sobre a escravidão José Eli da Veiga considerou aspectos econômicos e sociais relacionados ao uso da mão de obra escrava que gerava renda aos senhores de engenho, porém o sofrimento e desgaste humano sofrido pelos escravos eram desumano e perverso. Na avaliação comparativa apresentada, a devastação ambiental pode ser financeiramente vantajosa pois proporciona mais recursos disponíveis, porém socialmente traz sérios danos à sociedade.

Discutir desenvolvimento sustentável em uma sociedade extremamente consumista e imediatista é um exercício de hipótese para alguns economistas. A economia tradicional fundamentada nas relações de mercado e que considera o consumo como medida de bem estar não pondera acerca dos limites naturais impostos ao crescimento, que nunca parece ser suficiente. Tal concepção induz ao equívoco de concepção da exploração ambiental desenfreada como "preço do progresso". Contudo, percebe-se a existência de pensamentos dissonantes de economistas que têm a preocupação com o bem estar social dos que estão vivos e dos que virão, sem apenas pensar em crescer de modo desenfreado, considerando os efeitos a longo prazo das decisões imediatas.